



ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 42.487.983/0001-82

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Table with columns for Balancos patrimoniais (Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo) and Passivo e patrimônio líquido Circulante, Não circulante, Total do passivo e do patrimônio líquido negativo.

Table for Demonstrações do resultado, showing columns for Receita líquida, Lucro bruto, Resultado antes do resultado financeiro, Resultado financeiro líquido, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, and Resultado por quota.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Resultado por quota: Resultado por cotas (0,06), (0,44), (0,06), (0,44)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Table for Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais), showing columns for Saldos em 31 de dezembro, Realização da reserva de reavaliação, Saldo em 31 de dezembro, and Saldo em 31 de dezembro de 2020.

Table for Demonstrações dos fluxos de caixa, showing columns for Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos, and Fluxo de Caixa das Atividades de Recursos de Clientes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As Acionistas e Administradores da Astromarítima Navegação S.A. (Em Recuperação Judicial) - Rio de Janeiro - RJ - Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Astromarítima Navegação S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Astromarítima Navegação S.A. - Em Recuperação Judicial, em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Ausência de recebimento das confirmações externas de instituições financeiras - Não obtivemos resposta à carta de confirmação externa (circularização) enviada à instituição financeira Banco Bradesco S.A., da Empresa Deepwater S.A. Conseqüentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2020. Limitação da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado na Rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no ativo não circulante, os montantes de R\$ 113.157 mil e R\$ 113.164 mil, individual e consolidado, respectivamente. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico nº 32 (CPC 32), a Companhia deve apresentar um estudo técnico que demonstre lucros tributáveis futuros para a realização dos créditos fiscais diferidos. Contudo, o estudo apresentado pela Administração da Companhia não possui elementos suficientes que comprovasse a geração de lucros tributáveis futuros para realização do respectivo montante. Desta forma, não foi possível nas circunstâncias, concluirmos sobre a realização do respectivo montante, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2020. Ausência de estudo sobre o valor recuperável dos ativos - Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Empresa é requerida a aplicar procedimentos para assegurar que seus ativos (tangíveis e intangíveis) estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecer um ajuste para perdas por desvalorização. No entanto, a administração Companhia, durante o exercício findo em 31/12/2020, não nos apresentou o estudo técnico sobre teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Desta forma, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2020. Não reconhecimento de passivo fiscal diferido - A Companhia, com base em seu melhor entendimento, optou por não registrar o imposto diferido sobre o ajuste acumulado de conversão, no montante de R\$ 4.537 mil (individual e consolidado), estando em desacordo com o requerido pela NBC TG 32 (R3) - Tributos Sobre o Lucro. Conseqüentemente, o passivo está registrado a menor e o patrimônio líquido a maior nesse montante em 31/12/2020. Limitação no cálculo do Preço de Transferência ("Transfer Price") - A Companhia efetuou operações de importação e exportação junto às empresas vinculadas no exterior e com empresa de tributação favorecida, porém não efetuou o cálculo do preço de transferência. Em decorrência da sistemática introduzida pela legislação dos Preços de Transferência (Lei nº 9.430/96, Instrução Normativa nº 243/02), as empresas brasileiras que operam com suas controladas e coligadas no exterior estão obrigadas a efetuar cálculos por meio da utilização de métodos previstos na legislação brasileira, a fim de determinar os preços máximos e mínimos a serem aplicados nestas operações. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados no passivo e de seus reflexos no resultado do exercício. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideramos, entre outros aspectos: (i) o cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), considerando os termos e condições estabelecidos aprovado em Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 11/04/2019, bem como o atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2005; e (ii) o sucesso na implementação do plano estratégico. Tais medidas visam reverter as condições que vem causando prejuízos recorrentes à Companhia. Em 31/12/2020, a Companhia apresentou excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante nos montantes de R\$ 30.245 mil e R\$ 19.993 mil, individual e consolidado, respectivamente; patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 167.685 mil, prejuízo acumulado no montante de R\$ 252.238 mil, endividamento bancário nos montantes de R\$ 574.845 mil e R\$ 575.595 mil, individual e consolidado, respectivamente; custo do endividamento bancário no resultado nos montantes de R\$ 147.320 mil e R\$ 148.387 mil, individual e consolidado, respectivamente, além de apresentar parcelamentos tributários nos montantes de R\$ 51.745 mil e R\$ 56.135 mil, individual e consolidado, respectivamente. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas investidas. A continuidade das atividades operacionais da Companhia e suas investidas, depende do sucesso da implementação do seu plano estratégico, considerando, principalmente, a reestruturação da totalidade de sua dívida bancária, podendo ser necessário aporte de recursos por parte do acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Ênfase - Transações com partes relacionadas - Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos em montantes significativos com partes relacionadas nas condições livres descritas. Desta forma, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto. Dependência de cliente chave - Conforme descrito nas Notas Explicativas nos. 5 e 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quase a totalidade do conta a receber e das receitas decorrem de contratos de afretamento e operações de embarcações de um único cliente (Petrobrás). Conseqüentemente, a manutenção de suas operações depende da continuidade desses contratos de afretamento e operações de embarcações. Desta forma, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas investidas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas investidas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas investidas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por frau-

(Redução) / Aumento nos ativos e passivos operacionais Contas a receber de clientes 24 (10.901) (1.774) Adiantamentos a fornecedores 815 3.669 429 Despesa antecipada 313 925 231 Outras contas a receber 4.337 124 4.149 Depósitos judiciais 1.346 399 1.626 Transações com partes relacionadas 21.500 - 10.617 Fornecedores (5.287) (6.073) (4.872) (5.540) Salários e encargos sociais (17.596) 6.849 (15.312) 6.894 Débitos com partes relacionadas 4.763 2.394 (685) 913 Impostos, taxas e contribuições (33.906) (2.487) (32.860) (2.081) Adiantamentos de clientes 240 (1.421) 240 (1.424) Parcelamentos de impostos - pagamentos (1.728) (2.017) (2.417) (2.434) Juros pagos (17.151) (12.871) (18.061) (13.001) (69.057) 12.709 (79.751) (1.395) Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais 5.001 10.923 6.742 2.741 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos Adições ao ativo imobilizado (6.259) (86) (6.259) (637) Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos (6.259) (86) (6.259) (637) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos Empréstimos e financiamentos captados (1.045) (4.068) (3.295) (4.149) Empréstimos e financiamentos amortização (1.045) (4.068) (295) (4.149) Caixa líquido consumido proveniente das atividades de financiamentos (Redução) / Aumento líquida(o) de caixa e equivalente de caixa (2.303) 6.769 188 (2.045) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.313 544 7.343 9.388 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 5.010 7.313 7.531 7.343 (Redução) / Aumento líquida(o) de caixa e equivalente de caixa (2.303) 6.769 188 (2.045) de ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas investidas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas investidas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas investidas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e suas investidas ou atividades de negócio da Companhia e suas investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2021. BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Cristiano Mendes de Oliveira CRC 2 SP 013846/F Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

"As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na Sede da Companhia".